



TERMO DE REFERÊNCIA:

1. OBJETO

Contratação de instituição financeira para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores públicos do Município de Carmo, sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A operacionalização da folha de pagamento dos servidores públicos constitui atividade essencial, contínua e sensível da Administração Pública, diretamente relacionada ao cumprimento de dever constitucional de remuneração regular, à estabilidade institucional e à confiança do corpo funcional no ente público.

Trata-se de serviço que envolve elevado grau de complexidade operacional, segurança da informação, confiabilidade sistêmica e observância de normas específicas do sistema financeiro nacional, o que extrapola a capacidade operacional interna da Administração, justificando a contratação de instituição financeira especializada.

Além disso, a folha de pagamento configura ativo institucional de relevante valor econômico, cuja exploração pelas instituições financeiras é prática consolidada no setor público brasileiro, reconhecida pelos Tribunais de Contas como lícita e vantajosa, desde que precedida de procedimento licitatório que assegure competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a contratação se mostra necessária não apenas para garantir a continuidade e segurança do pagamento dos servidores, mas também para converter um ativo administrativo em vantagem econômica ao Município, sem geração de despesas públicas, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e boa governança.





3. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivos:

- Assegurar a regularidade, segurança e continuidade do pagamento da remuneração dos servidores públicos municipais;
- Garantir que a operacionalização da folha seja realizada por instituição financeira autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, mitigando riscos operacionais e jurídicos;
- Eliminar a necessidade de dispêndio de recursos públicos para a execução do serviço, preservando o equilíbrio fiscal do Município;
- Obter contrapartida financeira em favor do Município, decorrente da exploração econômica da folha de pagamento;
- Promover a competitividade entre instituições financeiras, em consonância com a Lei nº 14.133/2021;
- Estabelecer padrões mínimos de qualidade, atendimento, segurança da informação e proteção de dados pessoais, em benefício dos servidores e da Administração.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PRETENDIDA

A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório para seleção de instituição financeira, pelo critério de maior oferta ou maior contrapartida financeira, para a exploração dos serviços de processamento e gerenciamento dos créditos oriundos da folha de pagamento dos servidores públicos municipais.

A opção por este modelo permite à Administração:

- Garantir a prestação do serviço por agente econômico especializado;
- Manter a neutralidade orçamentária da contratação, uma vez que não há ônus financeiro ao Município;
- Captar valor econômico decorrente da exclusividade ou prioridade na gestão da folha;
- Assegurar transparência e objetividade na seleção da proposta mais vantajosa.

A instituição financeira contratada assumirá integral responsabilidade pela execução dos serviços, observando as normas do sistema financeiro nacional, a legislação administrativa e as disposições contratuais.



**5. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS**

Foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade administrativa:

a) **Manutenção do modelo atual, sem procedimento licitatório**
Alternativa inviável, por afrontar os princípios da legalidade, do planejamento e da competitividade, além de não se compatibilizar com o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021.

b) **Contratação onerosa de serviços bancários**
Alternativa juridicamente possível, porém economicamente desvantajosa, pois implicaria geração de despesa pública para a execução de serviço que, em razão de seu potencial econômico, pode ser explorado mediante contrapartida financeira.

c) **Licitação para contratação de instituição financeira, pelo critério de maior contrapartida financeira, sem ônus ao Município**
Alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, jurídico e econômico, por assegurar a continuidade do serviço, preservar recursos públicos e possibilitar a geração de receita extraordinária ao Município.

6. JUSTIFICATIVA/PARCELAMENTO

Em exame da natureza do objeto que ora se pretende nesta contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir a divisão de prestação de serviços ou seu agrupamento.

Sugere-se o agrupamento do objeto em um único item/lote visto que a finalidade é a prestação de serviços específicos para garantir o cumprimento do objeto licitatório.

7. PARTICIPAÇÃO OU NÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA:

O art. 15 da Lei 14.133/2021 admite, em regra, a participação de empresas em consórcio nas licitações, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório.

Para a licitação do presente objeto descrito na cláusula 01 deste Termo de Referência não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade e grande vulto financeiro.





Não será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei nº 12.690/12, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda sócio econômica e condições gerais de trabalho, nos termos de legislação em vigor.

A participação em consórcio ou cooperativa pode implicar em aumento de custos operacionais e administrativos, dado que envolveria a coordenação entre diferentes entidades, o que poderia dificultar a gestão eficiente do projeto. Além disso, o vínculo com outras entidades poderia gerar incertezas quanto à responsabilidade sobre a execução e qualidade dos serviços, impactando diretamente na prestação dos serviços continuados junto à municipalidade.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 5º, inciso LXXV, preconiza o princípio da eficiência, que visa garantir que as contratações públicas sejam realizadas com a melhor utilização dos recursos públicos. A participação de cooperativas e consórcios poderá no presente caso aumentar os custos administrativos, gerar conflitos entre as partes envolvidas e comprometer a eficiência do processo. O edital, portanto, deverá vedar a participação de cooperativas e consórcios para garantir maior controle, transparência e agilidade na execução do contrato.

Em consórcios, as empresas participantes geralmente assumem uma responsabilidade solidária pelo cumprimento do contrato. Isso pode ser vantajoso em alguns casos, mas para o presente objeto da contratação pode gerar riscos de inadimplemento, principalmente quando uma das empresas não cumpre com suas obrigações, afetando o desempenho do consórcio como um todo. A vedação ao consórcio e cooperativas se faz necessário como uma forma de evitar esse risco e garantir que a responsabilidade seja concentrada em uma única empresa, facilitando o monitoramento e a execução do contrato.

Alguns objetos de licitação podem ser perfeitamente adequados para a execução por uma única empresa, especialmente quando as capacidades exigidas não são de natureza especializada, permitindo que uma empresa com a qualificação necessária execute todo o projeto. Nesse caso, o consórcio seria uma estrutura desnecessária, e o edital poderia vedar essa possibilidade para simplificar o processo.

A vedação à participação de consórcios e cooperativas será uma estratégia legítima para garantir maior eficiência na execução do contrato, controle das responsabilidades e simplificação da gestão administrativa. O objeto da licitação pode ser atendido perfeitamente por uma única empresa, sem a necessidade de uma união de esforços ou competências específicas de várias partes, o edital portanto, irá limitar a participação exclusivamente a empresas individuais, conforme permitido pela Lei nº 14.133/2021.





8. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha da licitação pelo critério de maior oferta ou maior contrapartida financeira revela-se a solução mais adequada e alinhada ao interesse público, pelos seguintes fundamentos:

- A folha de pagamento constitui ativo econômico relevante, passível de exploração pelo mercado financeiro;
- A competição entre instituições financeiras permite à Administração maximizar a vantagem econômica, selecionando a proposta mais favorável;
- O modelo afasta qualquer necessidade de dispêndio de recursos públicos;
- O procedimento licitatório assegura isonomia, transparência e seleção objetiva da melhor proposta;
- O entendimento é compatível com a jurisprudência dos Tribunais de Contas, que admitem a contrapartida financeira desde que precedida de licitação e devidamente justificada.

Assim, a solução adotada concretiza os princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

9. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação não envolve estimativa de despesa pública, uma vez que não haverá pagamento por parte do Município.

Todavia, para fins de planejamento, análise de vantajosidade e definição do critério de julgamento, a Administração adota como parâmetro referencial o contrato atualmente vigente para operação da folha de pagamento, cujo valor global corresponde a **R\$ 1.064.170,00** (um milhão e sessenta e quatro mil cento e setenta reais)

Tal referência não vincula o certame, servindo exclusivamente como indicativo do potencial econômico da contratação, permitindo à Administração avaliar a adequação das propostas e reforçando a motivação para adoção do critério de maior contrapartida financeira.

10. IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS

A contratação não gera impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, uma vez que inexistente despesa pública associada





ao objeto contratual, tratando-se, inclusive, de contratação com potencial geração de receita ao Município

11. FORMA DE FORNECIMENTO E EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

O fornecimento do objeto será PARCELADO, de acordo com a demanda.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

***Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

* Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do contratado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação em licitação/contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

c.1) **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG)** iguais ou superiores a 1 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula: $ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{1,0\ PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO} > OU = 1,0$

c.2) **Índice de Liquidez Corrente:** somente serão qualificados os Proponentes que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 1,0 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado





de acordo com a seguinte fórmula: $ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{OU = 1,0\ PASSIVO\ CIRCULANTE}$

c.3) **Índice de Solvência Geral:** somente serão qualificados os Proponentes que obtiverem Índice de Solvência Geral (ISG) igual ou maior do que 1,0 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula: $ISG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{OU = 2,0\ PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}$

c.4) Os índices contábeis, calculados pelo proponente para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade do proponente, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, neste último caso, através do endereço eletrônico da secretaria de educação.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das





obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Da Fiscalização:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput).

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

14. PRAZO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL:

O presente contrato terá início na data de sua assinatura, e a execução dos serviços contínuos será realizada por um período inicial de 12 meses, contados a partir da assinatura deste instrumento.

O contrato refere-se a serviços contínuos, que terão execução ininterrupta durante todo o período contratual, conforme o escopo e a frequência de execução estabelecidos.

De acordo com o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, este contrato poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, até o limite de 10 (dez) anos, totalizando o período máximo de execução para serviços contínuos, desde que a prorrogação atenda ao interesse administrativo e seja devidamente justificada, precedida de manifestação técnica da área responsável, que ateste a necessidade de continuidade da prestação do serviço, a adequação ao interesse público e a compatibilidade das condições contratuais com a prorrogação solicitada.

A prorrogação do contrato não exime a contratada do cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas, sendo sujeita às penalidades previstas neste contrato em caso de descumprimento das cláusulas contratuais ou da legislação vigente. A prorrogação também não impede a aplicação de sanções por inadimplemento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de comunicação. Caso o contratado não assine o contrato dentro deste





prazo, poderá ser aplicada penalidade, conforme previsto no edital e na legislação vigente.

16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

Os serviços serão recebidos mensalmente, de forma sumária, no ato da entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.





Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado nos termos do art. 7 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.



Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive a retenção que trata a IN 1234/2012 regulamentada por Decreto Municipal.

Independente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da Contratante, além daquelas previstas na legislação aplicável e no contrato:

Assegurar as condições necessárias à adequada execução dos serviços, disponibilizando tempestivamente à Contratada todas as informações, documentos, sistemas e acessos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades técnicas;

Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização, controle e avaliação da execução contratual;

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de forma sistemática, registrando ocorrências, solicitando ajustes quando necessários e certificando-se da conformidade técnica dos produtos entregues;

Prestar esclarecimentos e orientações à Contratada sempre que demandado, de modo a evitar retrabalhos, inconsistências técnicas ou atrasos na execução;



Atestar as medições mensais, após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, como condição para a liquidação da despesa;

Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e condições estabelecidos no contrato, observada a regularidade fiscal da Contratada;

Adotar providências administrativas tempestivas diante de eventuais falhas na execução contratual, inclusive aplicação de sanções, quando cabíveis;

Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e continuidade do serviço público durante toda a execução contratual

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente:

Executar os serviços com estrita observância às disposições contratuais, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), às normas expedidas pelos órgãos de controle e às boas práticas profissionais;

Disponibilizar equipe técnica qualificada, com profissionais legalmente habilitados e regularmente inscritos no Conselho Regional de Contabilidade, assumindo integral responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos relatórios emitidos;

Manter atuação contínua, diligente e preventiva, orientando a Administração quanto ao correto cumprimento das obrigações contábeis, fiscais, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de pessoal;

Cumprir rigorosamente os prazos legais e operacionais para o envio de informações aos sistemas governamentais, respondendo por eventuais inconsistências decorrentes de falhas técnicas sob sua responsabilidade;

Elaborar e entregar relatórios, laudos, pareceres, e demais produtos técnicos com clareza, consistência, fundamentação normativa e precisão técnica;

Manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, mesmo após o término do contrato;

Comunicar formalmente à Contratante quaisquer situações que possam comprometer a regularidade da execução dos serviços ou o cumprimento de prazos legais;



Corrigir, às suas expensas, eventuais falhas, impropriedades ou inconsistências técnicas identificadas pela fiscalização ou pelos órgãos de controle;

Responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de dolo, culpa, imperícia, imprudência ou negligência na execução dos serviços;

Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

Promover o encaminhamento do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, nos prazos e formatos previstos na legislação aplicável;

Promover o encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 e normas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

Elaborar, consolidar e promover o encaminhamento das Contas Anuais do Município, observadas as normas da Secretaria do Tesouro Nacional e do TCE/RJ;

Elaborar e encaminhar a Matriz de Saldos Contábeis – MSC, bem como as informações necessárias ao cadastro da Dívida Pública – CDP, junto aos sistemas oficiais competentes;

Prestar assessoria em Recursos Humanos, compreendendo a elaboração e transmissão das obrigações principais e acessórias, tais como emissão da GFIP (mensal) e da DIRF (anual), bem como outras exigidas pela legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;

Elaborar e promover a transmissão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, em periodicidade mensal, conforme legislação vigente;

Prestar assessoria e consultoria na orientação e acompanhamento das obrigações decorrentes da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, junto ao TCE/RJ, por meio dos módulos Informes Mensais e LRF do sistema SIGFIS, objetivando, entre outros:

a elaboração bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, para fins de publicação e envio ao Tribunal de Contas do Estado;

a elaboração quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, para fins de publicação e envio ao Tribunal de Contas do Estado;

Realizar o preenchimento bimestral e a transmissão do Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação – SIOPE, observadas as regras e prazos definidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.





O contratado deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir a qualidade dos serviços prestados, seguindo as metodologias de trabalho acordadas e realizando os ajustes necessários para a eficácia do projeto.

O contratado deverá garantir a confidencialidade das informações obtidas conforme a legislação vigente de proteção de dados (como a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

O contratado deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a execução das atividades, conforme o cronograma acordado com o contratante.

19. VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

O contratado fica expressamente proibido de subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do contrato.

A vedação à subcontratação visa garantir que o contratado execute diretamente o objeto do contrato, assegurando que a empresa responsável pela execução tenha o controle total sobre a qualidade, o cronograma e a entrega do serviço, visando garantir um serviço específico que exige qualificação técnica e controle rigoroso, sem a possibilidade de terceirização, de modo a evitar que a subcontratação leve à fragmentação do objeto contratual, tornando mais difícil para a Administração Pública monitorar a execução de cada parte do contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- **Multa:**

- 1-Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias;
- 2-Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
- 3-Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Para a aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;





- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

21. DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão decididos pela Prefeitura Municipal de Carmo/RJ, em conformidade com a legislação pertinente e sempre de acordo com o presente Termo de Referência.





22. FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Carmo-RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente da contratação que não possa ser resolvido por meio amigável.

Carmo-RJ, 28 de Janeiro de 2026.



PREFEITURA
CARMO
COMPROMISSO COM O PRESENTE,
VISÃO PARA O FUTURO

